



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006320-32.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **SIMONE LUZIA DE OLIVEIRA BUENO DA SILVA**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que tinha débito para com a ré, o qual foi quitado mediante acordo que celebraram.

Alegou ainda que mesmo assim permaneceu inserida junto a órgãos de proteção ao crédito por força daquele fato, almejando por isso à exclusão dessa negativação e à declaração da inexistência de tal débito.

Os documentos apresentados pela autora respaldam sua explicação.

Constata-se a fl. 02 que ela quitou o débito que estava em aberto perante a ré, mas ainda assim continuou negativada (fl. 03).

Já a ré em contestação reconheceu que a autora não possui débito algum para com ela (fl. 19, último parágrafo), além de assinalar que a retirada da negativação demandaria tempo hábil a implementar-se, não aguardado pela autora.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Restaram patenteados de forma indubitosa tanto a ausência de débito a cargo da autora quanto a necessidade da exclusão de sua negativação derivada da dívida anterior.

Cingindo-se o objeto da ação a isso, e não se cogitando de pleito indenizatório, é o que basta para que vingue o pleito exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade de qualquer débito relativo à linha nº (16) 3376-1727, bem como para excluir a negativação da autora dela decorrente.

Torno definitiva a decisão de fls. 04/05, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**